

Apuração de Resultados e Evidenciação: Aspectos Conceituais e Análise Empírica Em Grandes Empresas No Estado de Pernambuco

Marcelo Jota Gomes

Edílson Coelho da Silveira

Gustavo Henrique Valença de Melo

Marco Tullio de Castro Vasconcelos

Resumo:

O estudo tem como objetivo discutir concepções de apuração do resultado e evidenciação. Na primeira parte do trabalho, serão discutidos alguns aspectos conceituais, onde se destaca o papel da Contabilidade como responsável pela geração de informações para auxiliar o processo decisório, o conceito de lucro e de mensuração, e os fundamentos conceituais do resultado econômico. A segunda parte do trabalho trata de uma análise empírica, realizada a partir de uma entrevista estruturada, baseada nos seguintes pontos: a) papel da controladoria no processo de gestão; b) indicadores de resultados; e c) processo decisório (conceitos utilizados, modelo decisório, critérios de avaliação de ativos e o processo de conversão de demonstrações contábeis). Nas considerações finais, observa-se que apesar do mercado se nortear, na atualidade, por abordagens que resumem as características de geração de caixa e de valor e retribuição do ativo, o conceito de lucro está inserido no contexto, continuando a ser um referencial.

Área temática: *Gestão de Custos e Sistemas de Informação*

**APURAÇÃO DE RESULTADOS E EVIDENCIAÇÃO: ASPECTOS
CONCEITUAIS E ANÁLISE EMPÍRICA EM GRANDES EMPRESAS NO
ESTADO DE PERNAMBUCO**

RESUMO

O estudo tem como objetivo discutir concepções de apuração do resultado e evidenciação. Na primeira parte do trabalho, serão discutidos alguns *aspectos conceituais*, onde se destaca o papel da Contabilidade como responsável pela geração de informações para auxiliar o processo decisório, o conceito de lucro e de mensuração, e os fundamentos conceituais do resultado econômico. A segunda parte do trabalho trata de uma *análise empírica*, realizada a partir de uma entrevista estruturada, baseada nos seguintes pontos: a) papel da controladoria no processo de gestão; b) indicadores de resultados; e c) processo decisório (conceitos utilizados, modelo decisório, critérios de avaliação de ativos e o processo de conversão de demonstrações contábeis). Nas considerações finais, observa-se que apesar do mercado se nortear, na atualidade, por abordagens que resumem as características de geração de caixa e de valor e retribuição do ativo, o conceito de lucro está inserido no contexto, continuando a ser um referencial.

Palavras-chave: Resultado. Evidenciação. Análise Empírica.

Área Temática: Gestão de Custos e Sistemas de Informações

APURAÇÃO DE RESULTADOS E EVIDENCIAÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS E ANÁLISE EMPÍRICA EM GRANDES EMPRESAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

1. Introdução

No livro “*A mensuração da realidade: a quantificação e a sociedade ocidental 1250-1600*”, Crosby (1999) estuda o papel desempenhado pela mudança intelectual que aconteceu na Europa Ocidental em meados do século XIII, discorrendo sobre um novo padrão de pensamento que buscava o conhecimento quantitativo, levando a inovações tecnológicas que favoreceram meios para que o continente europeu (ocidental) conquistasse boa parte do mundo.

Uma dessas inovações diz respeito ao *método de escrituração por partidas dobradas*, onde o referido autor mostra como a abordagem quantitativa da realidade deu aos europeus meios para medir o tempo e o espaço e assim explorar e conquistar novas terras.

De acordo com Crosby (1999, p. 205):

A escrituração por partidas dobradas não mudou o mundo. Não foi nem mesmo essencial para o capitalismo. (...) Mas nossas predileções afetam menos do que nossas práticas o desenvolvimento de nossas culturas e sociedades. **A contabilidade teve uma influência maciça e disseminada em nosso modo de pensar.** (...) A escrituração por partidas dobradas foi e continua a ser um meio de deixar de molho, manter em suspensão e, depois, ordenar e dar sentido a uma massa de dados que anteriormente era derramada e se perdia. Desempenhou o importante papel de permitir que os europeus renascentistas e seus sucessores, no comércio, na indústria e no governo, lançassem e mantivessem sob controle suas empresas e burocracias. **(grifo nosso)**

Nesse contexto, a Contabilidade desempenha seu papel nas empresas através do processo de *registro, mensuração e comunicação* de fenômenos (transações/eventos) que produzem impactos de natureza financeira, econômica e patrimonial sobre determinado volume de riqueza (valor), permitindo comparar, no tempo, posições de patrimônio líquido. Ou ainda, de forma mais objetiva, a Contabilidade é “*um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análise de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização*”.¹

À *Controladoria* cabe o papel de concepção do sistema de informações gerenciais e de orientação dos gestores no processo de otimização do resultado econômico das empresas, em um contexto de *escassez de recursos*, visando a *escolha da melhor alternativa* (processo decisório). É necessário, portanto, definir de forma clara e objetiva os conceitos de ativos, passivos, receitas, despesas, ganhos e perdas, visando uma adequada apuração do resultado das atividades.

2. Apuração de resultados: aspectos conceituais

Na sua tese de doutoramento *Modelo Conceitual de Sistema de Informação de Gestão Econômica: uma contribuição à teoria da comunicação da contabilidade*, Guerreiro (1989, p. 184-212) traz à discussão uma *visão conceitual do resultado econômico*, que tem sido motivo de muita polêmica entre cientistas e profissionais das áreas contábil e econômica ao longo dos últimos quarenta anos.

As controvérsias em torno do assunto remontam à década de 1960, quando Solomons (1961, p. 383) afirmou no artigo “*Economic and accounting concept income*” que os próximos 25 anos seriam vistos como o crepúsculo da mensuração do lucro. Após a publicação do trabalho citado na revista *The Accounting Review*, Moonitz (1962) publica no mesmo periódico um artigo intitulado “*Should we discard the income concept?*”, rebatendo a posição de Solomons, onde critica de forma veemente o conceito de lucro econômico de Hicks, no qual Solomons se apóia, mas reconhecendo que a importância do conceito de lucro tem decrescido em função de: a) causas ambientais; e b) utilização de critérios contábeis que deveriam ser melhorados.

Bomeli (*apud* Guerreiro 1989, p. 184-185), demonstra preocupação semelhante afirmando que:

(...) em minha opinião, as etapas apropriadas para a mensuração da lucratividade não tem sido universalmente ou cuidadosamente delineadas e, como resultado, padrões para a avaliação da eficácia gerencial não estão disponíveis, investidores e credores ficam confusos à medida que eles tentam comparar o potencial de lucratividade de várias empresas, e o cálculo do retorno dos proprietários sobre seus investimentos é ilusório. Como tenho insistido, os demonstrativos do lucro nos conteúdos dos livros-textos devem ‘conectar’ balanços patrimoniais sucessivos ou, em outras palavras, a partida dobrada deve ser refletida nos demonstrativos assim como nos livros; dessa forma, seremos capazes de reconciliar nossa definição de lucro com aquela aceita pelos economistas, a qual certamente não deixa de ter mérito.

No âmbito dessa discussão, Guerreiro (2001, p. 82) afirma com muita propriedade que “*passados mais que os 25 anos prognosticados por Solomons, não se verificou nenhuma constatação efetiva do declínio ou abandono do conceito de lucro*”. Apesar da afirmação, ele observa que em nível teórico ou doutrinário, não houve avanço significativo na clarificação das principais questões conceituais relativas ao tema e que, em nível prático, são utilizados os mesmos princípios e conceitos “objetivos”, porém de relevância extremamente limitada no processo de mensuração do lucro.

2.1. O Conceito de lucro

O verbete **lucro**ⁱⁱ, do latim *lucru*, é definido como *ganho, vantagem ou benefício que se obtém de alguma coisa, ou com uma atividade qualquer*. Por extensão, significa vantagem, proveito, interesse, ganho, utilidade. Sob a ótica da Economia, representa o benefício livre de despesas que se obtém na exploração de uma atividade econômica.

Mesmo com toda a polêmica da discussão Solomons x Moonitz, em torno do conceito de lucro, Guerreiro (1989, p. 185) faz referência à obra “*Relevance Lost*”, onde os autores Johnson e Kaplan (1987) fazem uma ampla revisão da evolução contábil e uma análise crítica da eficácia da Contabilidade como supridora de informações para o processo de gerenciamento das atividades empresariais, onde a partir da reflexão sobre o “*estado de coisas*” da Contabilidade, não se observa nenhuma indicação relativa ao abandono do conceito de lucro, levando os autores a concluir ser necessário repensar os conceitos e procedimentos em uso pela Contabilidade, visando à implementação de novas soluções conceituais compatíveis com as novas realidades do meio ambiente onde a empresa está inserida, de modo a atender de forma eficaz as necessidades de informações dos gestores, sob novas condições ambientais e operacionais.

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999, p. 181):

Os contadores, freqüentemente, referem-se a dois conceitos econômicos, baseados na observação da realidade, como pontos de partida lógicos para a definição de um

conceito de lucro em termos contábeis. Esses dois conceitos seriam a variação de riqueza e a maximização de lucro sob condições especificadas de estrutura de mercado, demanda de produtos e custos de fatores de produção. (grifo nosso)

Tal afirmação se coaduna com a afirmação de Guerreiro (2001, p. 82), que diz: “o conceito de lucro contábil, independentemente da forma como é aplicado, possui suas raízes filosóficas nos conceitos econômicos de lucro, capital e manutenção do capital ou da riqueza”.

Ainda sobre o conceito de lucro contábil, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 181) fazem referência ao texto de Irving Fisher, *The nature of capital and income* (1906). É mencionado que capital é um estoque de riqueza num instante de tempo, e que o lucro é um fluxo de serviços por unidade de tempo. Quando os termos (*capital* e *lucro*) são aplicados a uma empresa, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 1982) dizem que eles assumem significados ligeiramente diferentes, visto que na definição acima, o lucro é o resultado obtido com o uso do capital; mas como uma empresa não é criada para beneficiar a si mesma, a sua finalidade é proporcionar um fluxo de riqueza aos seus proprietários, pois enquanto o capital ainda é visto como *estoque* de riqueza capaz de gerar serviços futuros, o lucro é considerado como fluxo de riqueza ou benefícios acima do necessário para manter o capital constante.

Outros dois economistas são citados por Hendriksen (1999, p. 183): a) *Adam Smith*, que definiu lucro como a quantia que pode ser consumida sem reduzir o capital, incluindo tanto o capital fixo quanto o capital circulante; e b) *John R. Hicks*, que na sua obra “*Value and Capital*” aprofundou a idéia de *A. Smith*, afirmando que lucro é a quantia que uma pessoa pode consumir (gastar) durante um período de tempo, e ainda estar tão bem no final do período quanto no início.

Guerreiro (1989, p. 186-189) observa ainda que:

I – a caracterização do lucro no contexto da manutenção da riqueza ou do capital da entidade, desenvolvida por diversos estudiosos, especialmente na área contábil, está apoiada na definição de lucro de um indivíduo proposta por Hicks (1946);

II – três pontos fundamentais são destacados no trabalho de Solomons (1961): (a) o conceito de lucro econômico apurado pelo incremento no patrimônio líquido; (b) a idéia de que para a determinação do lucro econômico, o patrimônio líquido é mensurado pela capitalização dos recebimentos líquidos futuros; e (c) que o lucro contábil não guarda nenhuma relação com o lucro econômico, sendo os ativos avaliados tão-somente por seus custos não expirados;

III – no ensaio “*Business income in accounting and economics*”, Chang (1962) reporta-se à obra de Adam Smith, “*The wealth of nations*”, para discutir os conceitos de renda bruta e renda líquida, bem como ao texto de Hicks (1946) para derivar uma definição de lucro, que seria “a quantia máxima que a firma pode distribuir como dividendos e ainda esperar estar tão bem no final do período como ela estava no começo”;

IV – continuar tão bem, economicamente falando, é interpretado como manter o capital intacto em termos do valor descontado do fluxo de recebimentos líquidos futuros;

V – ao defender seu conceito próprio de lucro, Solomons (1961) argumenta que o incremento no patrimônio líquido da empresa, que constitui o lucro, deve ser obtido por meio da valorização de toda a empresa no início e no final de um período cujo lucro deseja-se mensurar; e

VI – para mensurar o lucro como incremento do patrimônio líquido é necessária a avaliação de todos os ativos da empresa com base nos recebimentos líquidos futuros esperados.

2.2. Mensuração do lucro

O termo **mensuração**ⁱⁱⁱ, originário do latim *mensuratione*, significa “*Ato de medir ou mensurar; medição*”; **mensurar** tem por definição “*Determinar a medida de; medir; ou ter por medida*”.

Hendriksen & Van Breda (1999, p. 304) definem mensuração como “*o processo de atribuição de valores monetários significativos a objetos ou eventos associados a uma empresa, e obtidos de modo a permitir agregação (tal como na avaliação total de ativos) ou desagregação, quando exigida em situações específicas*”. Cabe lembrar que, de um modo geral, a mensuração é imaginada em termos monetários, não se devendo esquecer que dados não monetários podem muitas vezes ser relevantes para certas previsões e para a tomada de decisões.

No que se refere às principais formas de mensuração do lucro contábil, Kassai et al. (1999, p. 138) afirmam que:

O lucro está relacionado diretamente com a estrutura de capital de uma empresa, e o capital, por sua vez, também está relacionado com a composição dos seus ativos. Por isso, quando se pretende quantificar lucro, todas as variáveis envolvidas na vida da empresa são consideradas.

De acordo com Guerreiro (1989, p. 190), a principal tarefa na mensuração do lucro econômico consiste em comparar o valor capitalizado dos recebimentos líquidos futuros no início e no final do período, e que o mesmo somente aparece quando existe um incremento do valor capitalizado.

Solomons *apud* Guerreiro (2001) afirma que o problema da mensuração do lucro é inseparável da avaliação do ativo, quando diz que a relação entre lucro e capital é semelhante à relação entre o fruto e a árvore, pois como não existe dificuldade em separar o produto da árvore, então não existe dificuldade em distinguir o lucro do capital que o produziu.

No que concerne ao conceito contábil de lucro, Guerreiro (1989, p. 190-191) afirma que o mesmo “*corresponde ao resíduo derivado do confronto entre a receita realizada e o custo consumido*”. Neste contexto, a receita é reconhecida normalmente no momento da venda, enquanto algumas naturezas de custo são reconhecidas como consumidas à medida que ocorrem, sendo automaticamente confrontadas com a receita do período em que incorreram. Tal mecanismo de confrontação exige um conjunto de regras, que Guerreiro (1989, p. 191) afirma serem derivadas das “*crenças e valores*” dos indivíduos.

Contextualizado referido mecanismo, Chang (1962, p. 637) cita uma frase de J. B. Canning, que diz: “*o lucro então mensurado é simplesmente a figura que resulta quando o contador termina de aplicar o procedimento que ele adota*”.

Ainda com relação à questão da mensuração do lucro, a literatura sobre o tema (Solomons, 1961; Bomeli, 1961) traz exemplos relacionados com: a) realização de ativos com o uso das regras e procedimentos acima referidos; e b) dedução de diferentes interpretações em nível da mensuração do patrimônio e do lucro, a partir da teoria da entidade do patrimônio líquido.

O fato é que essa visão da Contabilidade (Vatter *apud* Bomeli, 1961) elimina a discussão entre o conceito de lucro contábil e o lucro econômico, uma vez que as

premissas de cada um são totalmente diferentes, reabrindo no entanto, uma outra questão fundamental: a definição clara dos objetivos da Contabilidade.

Guerreiro (1989, p. 193-194) entende que não existe incompatibilidade entre a teoria da entidade do patrimônio líquido e os enfoques mais modernos dos objetivos da Contabilidade, que pode ser resumido em: *fornecer informações adequadas aos modelos decisórios dos diversos tipos de usuários*.

Quanto aos argumentos a favor do conceito de lucro, Guerreiro (1989, p. 194) nos brinda com duas afirmações que julgamos importantes:

(...) é que o lucro é a melhor medida do sucesso da administração de uma entidade de negócios em uma economia competitiva. (...) Nesse contexto, só existe um conceito relevante de lucro para a avaliação do sucesso do investimento e para a avaliação do desempenho do administrador: o incremento do valor presente da entidade.

2.3. Resultado econômico: fundamentos conceituais

Partindo-se do pressuposto da continuidade, e que esta depende dos resultados gerados pelas atividades da empresa, Catelli & Guerreiro (1992) citados por Pereira (1999, p. 72) concluem que “o lucro corretamente mensurado (...) é a melhor e a mais consistente medida da eficácia da organização”, e que este se refere, conceitualmente, ao resultado econômico da entidade, representado pelo incremento da riqueza da empresa, de seu patrimônio ou de seu valor. Ou ainda, entendido como variação positiva de sua riqueza entre dois momentos.

De acordo com Guerreiro (2001, p. 87), todos os problemas de mensuração do lucro têm sua origem no desejo ou necessidade de atribuir o lucro a determinados períodos curtos de tempo, e que se for considerada a vida toda de uma entidade, não existe diferença entre o lucro econômico e o lucro contábil ortodoxo.

A *Utilidade* (Relevância) e a *Praticabilidade* (Objetividade) são considerados como os parâmetros mais importantes no processo de avaliação do conceito de lucro. Se por um lado, o lucro contábil ressalta o parâmetro da *objetividade*, o lucro econômico requer um certo grau de *subjetividade*, ou ainda, de expectativa à cerca do futuro.

Guerreiro (2001, p. 87) reforça a discussão sobre o assunto ao afirmar que:

o lucro econômico constitui-se numa informação que supre adequadamente os modelos de decisão de pelo menos dois importantes usuários da informação contábil: o proprietário do capital e o administrador do capital. O lucro contábil ortodoxo, por sua vez, constitui-se em informação extremamente pobre para ambos os tipos de usuários.

Ainda sobre o aspecto da subjetividade inerente à determinação do lucro econômico, Guerreiro (1989, p. 195-196) faz referência também ao ensaio de Bodenhorn (1961, p. 585-586), intitulado “*An economist looks at industrial accounting and depreciation*”, onde: a) se propõe que todos os projetos sejam descontados à mesma taxa de juros, reconhecendo ganhos e perdas de capital tão logo a administração reconheça que eles ocorreram; b) que seja realizada uma estimativa contínua dos retornos futuros; e c) que o valor da empresa, e o valor dos ativos da firma, flutuam constantemente através do tempo, assim que os lucros futuros pareçam ser maiores ou menores.

De acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, o lucro econômico e o lucro contábil apresentam as seguintes diferenças fundamentais:

LUCRO	
Contábil	Econômico
1. Maior objetividade.	1. Maior subjetividade.
2. Apurado pelo confronto entre receitas realizadas pelas vendas e custos consumidos (ativos expirados)	2. Apuração pelo incremento do valor presente do patrimônio líquido.
3. Os ativos são avaliados na base de custos originais.	3. Os ativos são avaliados pelo valor presente do fluxo de benefícios futuros.
4. O patrimônio líquido aumenta pelo lucro.	4. O lucro deriva do aumento do patrimônio líquido da entidade.
5. Ênfase em custos.	5. Ênfase em valores.
6. Não reconhece ganhos não realizados.	6. Reconhecimento de ganhos realizados e não realizados.
7. Não se efetuam ajustes em função de mudanças nos níveis de preços dos bens.	7. São efetuados ajustes devido a mudanças nos níveis de preços dos bens na economia.
8. “Amarração” do lucro à condição de distribuição de dividendos.	8. “Amarração” do lucro à condição de aumento da riqueza, independentemente da condição de distribuição de dividendos.
9. Não reconhecimento do <i>goodwill</i> .	9. Reconhecimento do <i>goodwill</i> .
10. Utilização de regras e critérios dogmáticos.	10. Utilização de regras e critérios econômicos.

Fonte: GUERREIRO, Reinaldo. *Mensuração do resultado econômico*. In: CATELLI, Armando. *Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON*. São Paulo: Atlas, 2001, p. 88.

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 199), ao avaliarem as diversas tentativas de definir de definir o conceito de lucro contábil, informam que:

O conceito de lucro sob o regime de competência continua a ser questionado como medida fundamental; entretanto, do ponto de vista informacional, descreve efetivamente a atividade contábil. Com base nas hipóteses de mercado eficiente, a pesquisa empírica confirma a visão de que o lucro contábil possui conteúdo informacional. Seja em consequência do desejo de contar com uma única medida de lucro, ou do reconhecimento da informação contida no lucro contábil, os contadores continuam a dar ênfase ao papel da mensuração do lucro, e os analistas financeiros continuam a exigir sua mensuração e publicação.

Nessa visão, os autores mencionam as seguintes críticas ao **lucro contábil**, em sua forma tradicional: *I – o conceito de lucro contábil não tem sido ainda claramente formulado; II – não existe base teórica de longo alcance para o cálculo e a apresentação do lucro contábil; III – as práticas contábeis geralmente aceitas permitem inconsistências na mensuração do lucro periódico de empresas diferentes e mesmo entre diferentes períodos para a mesma empresa; IV – mudanças nos níveis gerais de preços têm modificado o significado do lucro mensurado em termos de valores históricos; e V – outra informação pode ser mais útil para investidores e acionistas para a tomada de decisão de investimento.*

Na literatura sobre o tema, reconhece-se que a mensuração do lucro apresenta vários problemas práticos e conceituais consideráveis, existindo várias sugestões para se tentar solucionar essas questões, que podem ser sintetizadas nas seguintes posições:^{iv}

- a) Muito da discussão presente se concentra no esforço para melhorar o reporte do que pode ser chamado de lucro contábil, enfocando dados de transação e eventos operacionais.

- b) Outros defendem um único conceito operacional de lucro, que possa ser utilizado como um indicativo da habilidade da empresa em pagar dividendos.
- c) Uma crença é que o progresso futuro da teoria contábil depende do acordo em torno de único conceito de lucro, que deve estar muito próximo do conceito de lucro econômico.
- d) Alguns autores defendem a idéia de que diversos conceitos de lucro deveriam ser mensurados e reportados para diferentes propósitos.
- e) Mais recentemente, diversas observações têm sido feitas no sentido de que todas as mensurações de lucro são deficientes e que deveriam ser substituídas por outras medidas da atividade econômica.

Na opinião de Guerreiro (2001, p. 89), “a teoria e a prática contábil deveriam caminhar para um consenso em torno de um único conceito de lucro que estivesse o mais próximo possível do conceito de lucro econômico”. Afirma ainda que, além do conceito tradicional de lucro, apurado de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, a teoria contábil contempla outros métodos de mensuração do patrimônio e do lucro, o que é corroborado por Iudícibus (2000, p. 133):

(...) no âmago de todas as teorias para a mensuração dos ativos, se encontra a vontade de que a avaliação represente a melhor quantificação possível dos potenciais de serviços que o ativo apresenta para a entidade.

Na teoria contábil, os critérios de avaliação de ativos estão segregados em dois grupos: a) valores de entrada; e b) valores de saída. Os *valores de entrada* representam o sacrifício^v que a empresa teve (passado), tem (presente) ou terá (futuro) que realizar para adquirir um dado recurso, e que os principais critérios de avaliação, considerando o aspecto temporal são: a) custo histórico; b) custos correntes de reposição; c) custos históricos corrigidos pelas variações do poder aquisitivo médio geral da moeda; e d) custo corrente corrigido pelas variações do poder aquisitivo geral da moeda.^{vi}

Os *valores de saída* são aqueles obtidos nos segmentos de mercado onde a empresa oferta seus recursos, ou ainda, eles representam o benefício que a empresa auferiu (passado), auferir (presente) ou auferirá (futuro) com a realização de seus recursos, ou seja, com sua disponibilização no mercado.^{vii} Os principais critérios são: a) valores descontados das entradas de caixa futuras; b) preços correntes de venda; c) equivalentes correntes de caixa; e d) valores de liquidação.

Nas diversas análises do conceito de ativo, desenvolvidas por pesquisadores e cientistas da contabilidade, são observadas várias terminologias utilizadas para exprimir a essência do significado de ativo, destacando-se em especial: a) benefícios futuros esperados; b) recursos econômicos possuídos; c) valor para a empresa; d) direito específico a benefícios futuros; e) potencialidade de serviços futuros.

No entendimento de Guerreiro (2001, p. 90), devido às diversas naturezas de ativos, uma questão fundamental que se coloca é qual o significado e como se mensuram os “benefícios futuros” e “serviços futuros”. Entende ainda o autor que a busca por um conceito de lucro, que em nível teórico e prático mais se aproxime do conceito de lucro econômico, e a avaliação dos ativos a ele associado deve pautar-se pelas seguintes *premissas fundamentais*:

- a) que o mercado é o validador do “potencial de serviços” dos ativos, devendo ainda ser levado em consideração o valor do dinheiro no tempo;

- b) que a empresa deve operar de acordo com o postulado da continuidade, e na hipótese da descontinuidade, deve avaliar seus ativos a valores de realização;
- c) que do ponto de vista econômico, “potencial de serviços”, “serviços futuros” e “benefícios futuros” dizem respeito ao montante de riqueza que o ativo pode gerar para a empresa;
- d) que o potencial de serviços dos ativos deve ser analisado à luz da sua função dentro da empresa, na continuidade de suas operações, independentemente da forma como ele é financiado;
- e) que determinado ativo pode possuir um potencial de serviço diferente, dependendo da empresa que o possui;
- f) que se determinado ativo tiver uma função totalmente dissociada das operações da empresa em sua continuidade normal, deve ser avaliado pelo valor de saída;
- g) que a riqueza aumenta à medida que o mercado reconhece um maior ou menor valor para os bens e serviços da empresa, bem como pela agregação de valor proporcionado por seu processo de transformação de insumos em produtos e serviços; e
- h) que o modelo de decisão do proprietário deve considerar a continuidade do investimento no empreendimento, observando: a) se o montante de riqueza a ser produzido pelo mesmo é superior a seu valor de venda; e b) se o montante de riqueza a ser produzido pelo mesmo é superior ao montante de riqueza a ser produzido por outro tipo de investimento com o mesmo nível de risco.

Algumas observações adicionais são importantes para a caracterização do modelo de decisão do administrador: a) a otimização do resultado econômico deve ocorrer em *nível do processo de transformação de insumos em produtos e serviços* (agregação de valor) e em *nível do aproveitamento das oportunidades de ganhos pela valorização de determinados tipos de ativos, proporcionadas pelo mercado*; b) os ativos devem ser avaliados de forma que o patrimônio líquido da empresa represente efetivamente o quanto vale a empresa em determinado momento; e c) o quanto vale a empresa em determinado momento do tempo é a base ideal para o cálculo do custo de oportunidade, a ser cobrada pelos proprietários dos responsáveis pelos resultados globais da empresa.

3. Análise Empírica

Os aspectos conceituais anteriormente considerados na apuração do resultado pelas empresas, são decorrentes de observações realizadas em vários ambientes, bem como pelas pesquisas empreendidas no ambiente acadêmico e, como a discussão ainda é bastante atual, motivaram a verificação desses conceitos numa realidade específica.

As empresas escolhidas – 04 (quatro) –, atuam em atividades econômicas distintas no Estado de Pernambuco, e juntas têm uma participação relevante no PIB do estado. Sendo uma análise preliminar, pretende-se ampliar o levantamento para um maior de empresas.

Os resultados foram obtidos a partir de uma entrevista estruturada, baseada nos seguintes pontos: a) **papel da controladoria no processo de gestão** (presença ou não na estrutura organizacional da empresa, posição (linha ou staff), e o papel

desempenhado na concepção do Sistema de Informações Gerenciais); b) **indicadores de resultados** (exigidos pela legislação societária/fiscal e aqueles utilizados para fins gerenciais); e c) **processo decisório** (conceitos utilizados, modelo decisório, critérios de avaliação de ativos e o processo de conversão de demonstrações contábeis).

3.1. Perfil das empresas e dos entrevistados

Neste estudo, as empresas são identificadas por letras maiúsculas, respectivamente, “A”, “B”, “C” e “D”. A **empresa “A”** é uma sociedade anônima (privada), com controle acionário de grupo estrangeiro (holandês), desenvolvendo suas atividades no ramo de vendas e distribuição de bens de consumo e serviços, tendo sido entrevistado o Vice-presidente de Administração, com formação em Ciências Contábeis (Graduação), mas com ampla experiência de mercado. Como sociedade de economia mista, a **empresa “B”** possui como sócio majoritário a União, atuando na área de geração e transmissão de energia elétrica; o entrevistado ocupa o cargo de Superintendente de Execução e Controle Econômico-financeiro, é graduado em Ciências Contábeis e Economia, com curso de especialização em Finanças Corporativas (MBA).

A **empresa “C”** é uma sociedade anônima (privada), como controle acionário exercido por grupo estrangeiro (espanhol), atuando como Concessionária de Serviços de Distribuição de Energia Elétrica em todo o Estado de Pernambuco; o profissional entrevistado ocupa o cargo de Gerente de Planejamento e Controle de Gestão, com formação em Engenharia de Telecomunicações (graduação) e Engenharia de Software (mestrado). A **empresa “D”**, também sociedade anônima (privada), com controle acionário exercido por grupo nacional, operando como Concessionária de Serviços de Telecomunicações (telefonia fixa) no estado de Pernambuco; foi entrevistado o ex-controller da empresa, com formação em Ciências Contábeis (graduação).

3.2. Resultados

Na **empresa “A”**, a Controladoria existe na estrutura organizacional, ocupando a posição de órgão de linha, participando do processo de elaboração do planejamento (estratégico/operacional) e do orçamento, bem como das atividades de controle. O planejamento da empresa é concebido para um horizonte de 03 (três) anos, com revisão semestral nos meses de março e outubro. Mensalmente, a Controladoria emite um relatório (“Narrativas”) para a alta administração, contendo informações sobre o cumprimento dos objetivos/metast definidos no processo de planejamento. A contabilidade desempenha o papel fundamental e exclusivo de geração de informações para auxiliar o processo decisório.

O indicador Valor Econômico Adicionado (VEA) – Economic Value Added (EVA) – vem sendo utilizado pela empresa para definir remuneração dos diretores e gerentes. A avaliação dos itens contidos nas demonstrações contábeis tem como base o critério do custo histórico; outros critérios somente são utilizados se previstos em legislação específica. No caso de novos investimentos (unidades de negócios) é que são utilizadas ferramentas como *Período de Pay Back*, *Taxa Interna de Retorno (TIR)*, Valor Presente Líquido (VPL), entre outros, para analisar a sua viabilidade financeira. Na área de compras, os produtos são gerenciados por categorias, levando-se em consideração os critérios preço e variedade; não se pratica aquisição de produtos a vista; nas compras a prazo, a negociação dos prazos de pagamento é considerada um ponto forte. Sendo uma empresa controlada por grupo estrangeiro, as demonstrações contábeis

são convertidas para moeda estrangeira com base nos critérios US GAAP (lançamento de ADR – *American Depositary Receipts*) e DUTCH (IASC).

O órgão de controladoria, na **empresa “B”**, não existe formalmente. Cabe ao *Comitê de Planejamento Empresarial* a elaboração do planejamento estratégico, com a definição das metas a serem atingidas pela empresa; mensalmente, são realizadas reuniões para discutir questões visando analisar o desempenho das áreas. As atividades de elaboração do planejamento e do orçamento são realizadas de forma dissociada das atividades de execução e controle econômico-financeiro da empresa.

As informações geradas pela Contabilidade servem de base para a tomada de decisões, estão sob a responsabilidade da Superintendência de Execução e Controle Econômico-financeiro, que tem as seguintes áreas subordinadas: a) contabilidade financeira; b) contabilidade de custos; c) tributária / fiscal; d) contas a receber e contas a pagar; e) tesouraria (controle financeiro). A Diretoria de Engenharia e Construção é responsável pelas atividades operacionais da empresa (obras, reformas, manutenção etc.); o modelo decisório na área de compras está sujeito à legislação específica (Lei de Licitações e Contratos), onde são utilizados os critérios Melhor Técnica e Menor Preço nas suas aquisições, mas como empresa requisitante/contratante, mantém uma boa relação com seus fornecedores.

A avaliação dos elementos contidos nas demonstrações contábeis tem como base o critério do custo histórico, e que a utilização de outros critérios somente é realizada se prevista em legislação específica; na análise de novos investimentos também são utilizadas ferramentas como *Período de Pay Back*, *Taxa Interna de Retorno (TIR)*, *Valor Presente Líquido (VPL)*, *custo do capital*, entre outros, para analisar a sua viabilidade financeira. Como havia uma perspectiva de privatização de suas atividades, as demonstrações contábeis da empresa foram convertidas para moeda estrangeira (US\$), com base nos critérios dos US GAAP, visando o lançamento de ADR (*American Depositary Receipts*).

Na **empresa “C”**, o órgão de controladoria é denominado *Departamento de Planejamento e Controle de Gestão*, atuando como órgão de *staff* junto à administração superior (presidência), sendo um elo de ligação entre o nível estratégico e o nível operacional da empresa; é responsável pela elaboração do relatório de gestão, para conhecimento e apreciação pelo conselho de administração. No relatório de gestão são evidenciados os objetivos corporativos, aspectos de mercado (clientes, consumo, receita bruta de energia elétrica, tarifa média e mercado de clientes livres), aspectos econômico-financeiros, recursos humanos e indicadores de gestão.

Os objetivos corporativos da empresa dividem-se em três grupos:

- a) **relações com clientes**, em especial a melhora do *Índice de Satisfação dos Clientes* (ISC) e a redução do *Tempo Médio de Atendimento* (TMA);
- b) **pessoal**, dividido em otimização do quadro de pessoal e redução dos acidentes e doenças ocupacionais;
- c) **rentabilidade**, subdividida nos itens: a) aumento da margem operacional (EBITDA); b) aumento do lucro líquido (LL); c) redução do índice de perdas (IPE – %); d) nível de realização dos investimentos planejados (NRI – %); e) desenvolver e cumprir o plano de redução do Contas a Receber (NCP_{ICR}).

De forma semelhante às empresas “A” e “B”, a avaliação dos ativos tem por base o critério do custo histórico, e que a utilização de outros critérios somente é realizada se prevista em legislação específica; ferramentas como *Período de Pay Back*, *Taxa Interna de Retorno (TIR)*, *Valor Presente Líquido (VPL)*, *Custo do Capital*, entre

outros, são utilizadas para analisar a sua viabilidade financeira de novos investimentos e projetos. Como o grupo controlador atua no mercado norte-americano, realiza conversão de demonstrações contábeis para moeda estrangeira com base nos US GAAP e para o Euro (Espanha).

A empresa “D” apresenta uma situação específica; o órgão existia, sendo subordinado ao diretor financeiro local (no estado) e a diretoria de controladoria nacional (grupo). Não participava, nem participa, das atividades de elaboração do planejamento estratégico, sendo responsável pelas seguintes áreas: contabilidade financeira; custos; tributos e orçamento.

A unidade foi extinta, tendo sido criada uma gerência administrativo-financeira no estado de Pernambuco, com o objetivo de encaminhar informações à sede do grupo. A diretoria de controladoria existe na estrutura da *controladora* do grupo.

Como toda empresa de grande porte, os indicadores de resultados gerados atendem às exigências da legislação societária e fiscal, bem como no nível das decisões gerenciais (estratégicas e operacionais). Os ativos são avaliados com base no critério do custo histórico, e que a utilização de outros critérios somente é realizada se prevista em legislação específica. As compras estratégicas são centralizadas pela *controladora*, sendo realizadas pela diretoria de compras. Não converte as suas demonstrações contábeis para moeda estrangeira.

4. Considerações finais

Constata-se que a discussão em torno do conceito e mensuração do lucro, além de polêmica, não é recente, e continua sendo bastante atual. Na reportagem *Os rumos da contabilidade radical*, publicado pelo jornal Gazeta Mercantil em 24/09/2001, é dito que: “O lucro, dentro de critérios perfeitamente adequados, pode ser manipulado. Caixa não tem jeito. Como dizem em Wall Street, lucro é opinião; caixa é fato”. Isto é verdadeiro, quando se considera que vários acadêmicos e profissionais de mercado estão descontentes, por entenderem que as normas contábeis tradicionais são insuficientes porque não acompanham a oscilação dos ativos e passivos financeiros.

Os defensores desta “*mudança radical*” argumentam que se trata apenas de acertar o passo da contabilidade oficial à volatilidade dos mercados financeiros que faz os valores dos ativos e passivos serem alterados constantemente. Na verdade, apesar do mercado se nortear, na atualidade, por abordagens que resumem as características de geração de caixa e de valor e retribuição do ativo, o conceito de lucro está inserido, continuando a ser um referencial, conforme afirma Martins (1999, p. 7): “*Pode parecer que o Regime de Competência pode ser manipulado, enquanto o que o Fluxo de Caixa pode parecer ser absoluto e verdadeiro porque vinculado a uma realidade aparentemente muito mais objetiva.*” Na verdade, manipulação no Fluxo de Caixa é muito mais fácil de produzir, o que não ocorre na apuração do resultado pelo Regime de Competência.

Com relação à análise realizada nas empresas, os resultados obtidos evidenciam que:

- a) O papel do *controller* não é o de executivo da empresa, mas de *staff* da administração da empresa, cumprindo o importante papel de relatar o desempenho das diversas áreas, através de relatórios gerenciais;
- b) cada vez mais, os indicadores de resultados e de desempenho, estão relacionados ao controle das atividades operacionais da empresa, ao controle das metas definidas no processo de planejamento, com a

criação, implantação e condução de estratégias competitivas e na identificação de problemas que exijam a intervenção dos gestores, entre outros;

- c) decisões baseadas em conceitos como custo de reposição, preço de transferência, custo de oportunidade e valor presente dos fluxos de benefícios futuros, ainda não tem uso pleno pela contabilidade tradicional.

Deve-se observar, também, que as mudanças na Contabilidade ocorreram a partir do processo de evolução da sociedade, tendo se desenvolvido em resposta a mudanças no ambiente, às novas descobertas e aos progressos tecnológicos, e que a sua evolução pode ser resumida na afirmação de Guerreiro (2001, p. 106): “*Os procedimentos aplicados para a obtenção das peças contábeis são simples, lógicos e seguem uma premissa fundamental: demonstrar a riqueza da empresa, ou seja, o quanto vale a empresa em determinado momento, considerando os valores de mercado para mensuração dos potenciais de serviços dos ativos que possui, e considerando o valor do dinheiro no tempo, em que o lucro de um período corresponde simplesmente ao incremento no estoque de riqueza que ocorreu nesse período*”.

5. Referências bibliográficas

- BODENHORN, D. **An economist looks at industrial accounting and depreciation.** The Accounting Review, Oct. 1961.
- BOMELI, E. C. **The accountant's functions in determination of net income.** The Accounting Review, July 1961.
- CHANG, E. C. **Business income in accounting and economics.** The Accounting Review, Oct. 1962.
- CROSBY, A. W. **A mensuração da realidade:** a quantificação e a sociedade ocidental, 1250-1600. São Paulo: UNESP, 1999.
- GUERREIRO, R. **Mensuração do resultado econômico.** In: CATELLI, Armando (Coord.). *Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- _____. **Modelo conceitual de sistema de informação de gestão econômica:** uma contribuição à teoria da comunicação da contabilidade. Tese (Doutorado). FEA/USP. São Paulo: Universidade da São Paulo, 1989.
- HENDRIKSEN, E.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- JOHNSON, H. Thomas; KAPLAN, Robert S. **A relevância da contabilidade de custos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- KASSAI, J. R. et al. **Retorno de investimento:** abordagem matemática e contábil do lucro empresarial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MARTINS, E. (Org.). **Avaliação de empresas:** da mensuração contábil à econômica. São Paulo: Atlas, 2001.
- MARTINS, E. **Contabilidade versus fluxo de caixa.** São Paulo. Caderno de Estudos FIECAFI, nº 20, p. 1-10, jan./abr. 1999.
- MOONITZ, Maurice. **Should we discard the income concept?** The Accounting Review, Apr. 1962.

PEREIRA, C. A. **Ambiente, empresa, gestão e eficácia**. In: CATELLI, Armando (Coord.). *Controladoria: Uma Abordagem da Gestão Econômica – GECON*. São Paulo: Atlas, 1999.

SOLOMONS, David. **Economic and accounting concepts of income**. *The Accounting Review*, July 1961.

ⁱ COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade**: Deliberação CVM nº 29. Fevereiro/86.

ⁱⁱ FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 1051.

ⁱⁱⁱ FERREIRA, A. B. de H. **Idem**, p. 1119.

^{iv} HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999, p. 199.

^v Para esta definição, *sacrifício* engloba a entrega de ativos e/ou assunção de dívidas.

^{vi} MARTINS, E. (org.). **Avaliação de Empresas: da Mensuração Contábil à Econômica**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 28.

^{vii} MARTINS, E. (org.). **Idem**, p. 95.